



**Projeto Pedagógico do Curso
de Pós-Graduação *Lato Sensu*
em Educação Especial na
Perspectiva da Educação Inclusiva**

- EAD -

**Curitiba/PR
Abril/2023**

Mantenedora
GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO LTDA – e-MEC 18437
CNPJ: 32.163.997/0001-97

Mantida
GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO – e-MEC 1759

Credenciado pela Portaria Ministerial nº 1396, de 04/07/2001,
(publicada em Diário Oficial da União de 09/07/2001).

Credenciado pela Portaria Ministerial nº 827, de 22/03/2002,
(publicada no DOU em 27/03/2002).

Portaria de Recredenciamento nº 65, de 18 de janeiro de 2017,
(publicada no DOU em 19/01/2017).

Credenciamento em Gran Centro Universitário – UniBagozzi,
Portaria nº 402, de 03 de junho de 2022,
(publicada no DOU de 06/06/2022, Seção 1, Edição 106, Página 141).

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA
DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA
Modalidade a Distância

1. Perfil Institucional

1.1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR – IES

Quadro 1 – Identificação da Instituição de Ensino Superior – IES

IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA: GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO LTDA, CNPJ: 32.163.997/0001-97
Endereço: Luiz Parigot de Souza, nº 961 Bairro: Portão Cidade: Curitiba UF: PR
CEP: 81.070-050 Telefone: (41) 3521-2727

Fonte: Gran Centro Universitário (2022)

1.1.1. Base Legal da Mantenedora

O Gran Centro Universitário é uma Instituição de Educação Superior (IES), mantida pelo Gran Centro Universitário LTDA. Trata-se de uma sociedade civil, pessoa jurídica de direito privado, com fins lucrativos. O Contrato Social da Mantenedora é registrado na Junta Comercial do Paraná, por meio do Registro nº 20227646223, datado de 09/11/2022, com o código de verificação nº 12214549000 e NIRE de nº 41208940492.

1.1.2. Base Legal da IES

Quadro 2 – Identificação da Mantenedora

IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA	
Nome:	GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO LTDA
CNPJ:	32.163.997/0001-97
Código e-MEC:	18437
Endereço:	Rua Luiz Parigot de Souza, 961, Portão, Curitiba, PR, CEP: 81.070-050
Data da Fundação:	03 de dezembro de 2018
Natureza Jurídica:	Sociedade Empresária LTDA – Com fins lucrativos

DIRIGENTE DA MANTENEDORA					
Dirigente:	Gabriel Granjeiro				
Cidade:	Brasília	UF:	DF	CEP:	81.070-00
Fone:	(41) 3229-1181				

Fonte: Gran Centro Universitário (2022)

Quadro 3 – Identificação da Instituição Mantida

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO MANTIDA	
Nome:	GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO
e-MEC:	1759

DIRIGENTE DA INSTITUIÇÃO MANTIDA					
Reitor:	Gabriel Granjeiro				
Endereço:	Rua Caetano Marchesini, nº 952				
Cidade:	Curitiba - Paraná	UF:	PR	CEP:	81.070-050
Fone:	(41) 3521-2727		Fax:	(41)3521-2700	

Fonte: Gran Centro Universitário (2022)

1.2. PERFIL E MISSÃO DA IES

Missão: *Mudar vidas por meio da Educação e da Tecnologia.*

Visão: *Ser a plataforma tecnológica que mais impacta a educação brasileira.*

Valores:

- *Tudo se resume a pessoas servindo outras pessoas;*
- *Somos obcecados pelos nossos alunos;*
- *Inovação é obrigação;*
- *Integridade não tem preço;*
- *Aqui, estamos sempre no 1º dia.*

1.3. BREVE HISTÓRICO DA IES

1.3.1. O Gran Centro Universitário

O Gran, uma EdTech brasileira que tem como missão mudar a vida de seus alunos por meio da educação e da tecnologia. A companhia, que completou 10 anos em 2022, é jovem, mas já tem um histórico sólido e de destaque, inclusive internacional. Foi reconhecida como a 5ª empresa mais inovadora da América Latina pela FastCompany, possui tecnologia de ponta que tem democratizado o ensino em todo o país e alcançou números que denotam sua vasta expertise de oferecer educação e ferramentas de excelência, mudando a vida de dezenas de milhares de alunos na última década.

A paixão por mudar vidas é o eixo condutor para qualquer movimento feito pelo Gran e os meios dessa transformação são a educação e a tecnologia, com ferramentas de aprendizagem pensadas em levar o melhor conteúdo, aliado a instrumentos que potencializam o estudo e aceleram o aprendizado. Desta forma, as TICs (**Tecnologias de Informação e Comunicação**) são essencialmente valorizadas pelo Gran, pois geram o acesso ao conhecimento e multiplicam as possibilidades de interação, ensino e aprendizado à comunidade acadêmica que, munida dessas ferramentas, torna a aprendizagem ativa e passa a protagonizar o processo educativo.

1.4. VOCAÇÃO GLOBAL

Os princípios e as ações a serem delineadas são fundamentais para que o **Gran Centro Universitário** promova as alterações necessárias à implementação das mudanças na busca de uma Instituição que seja fruto, permanentemente, do engajamento de suas metas/objetivos propostos pela comunidade acadêmica **Gran**. Dentre os objetivos globais traçados, destacam-se:

- estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- formar cidadãos e profissionais nas áreas de conhecimento em que atuar, aptos para a inserção nas respectivas carreiras e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, promovendo ações para sua formação continuada;
- incentivar a investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, da criação e difusão da cultura e o entendimento do homem e do meio em que vive;
- promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento pessoal, cultural e profissional e possibilitar sua correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- estimular o conhecimento dos problemas do mundo globalizado e, simultaneamente, prestar serviços especializados à comunidade, estabelecendo com esta uma relação de reciprocidade;
- promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;
- contribuir para a redução das desigualdades sociais e regionais e desenvolver ações afirmativas para a promoção de igualdade de condições com vistas à inclusão social.

2. Coordenação do Curso

Francisco Carlos Soares Costa

Graduação em Ciências Biológicas (2004) e Pedagogia (2014); especialista em Direito Educacional (2009), Saúde Pública (2013) e Orientação e Gestão Educacional (2015).

E-mail: carlinhosbio@gmail.com

Telefone: (61) 99145-0920

3. Dados do Curso

Nome do curso: EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Modalidade: EAD

Carga horária: 395 h (disciplinas) + 40h (trabalho de conclusão de curso)

Periodicidade: oferta permanente

Período: 6 a 24 meses

4. Aspectos Gerais do Projeto Pedagógico

4.1. JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO

A oferta de do curso de pós-graduação em Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva se justifica em razão da necessidade de formação docente com o objetivo de garantir práticas pedagógicas inclusivas e o atendimento educacional especializado aos educandos público-alvo da Educação Especial.

A mudança de paradigma nas ações de atendimentos aos alunos com deficiência ainda não está totalmente implantada em nossa sociedade, a inclusão ainda não é algo real e aplicável em todas as escolas. É preciso entender que não é apenas uma questão de acesso à escola, é preciso garantir condição necessária para a acessibilidade curricular, comunicacional, tecnológica e muito mais, garantir sucesso das aprendizagens, autonomia e independência desses estudantes.

A história da educação brasileira demonstra por diversas vezes a marca da exclusão que fez com que muitos alunos sofressem em razão de sua condição, impedimentos à participação plena em sociedade, impedimentos às aprendizagens e ao acesso à educação.

É, nessa perspectiva, que a oferta de um curso de especialização se faz necessária e inclusive pertinente para ações de inclusão social. Assim o Grancursos Online se compromete com a formação de professores especialistas e competentes para propor mudanças e maior qualidade na garantia do acesso à educação inclusiva.

4.2. OBJETIVOS DO CURSO

4.2.1. Objetivo Geral

Formar professores/gestores especialistas para atuação na educação especial na perspectiva inclusiva.

4.2.2. Objetivos Específicos

- a) Conhecer as formas de inclusão, garantindo reconhecimento de temáticas como diversidade e acessibilidade;
- b) Implementar propostas político-pedagógicas no atendimento ao educando com deficiência;
- c) Promover estudos da legislação referente à Educação Especial na perspectiva inclusiva;
- d) Contribuir na formação de profissionais para o Atendimento Educacional Especializado;
- e) Promover o acesso e a construção de conhecimentos teóricos-práticos de iniciativas de inclusão social.

4.3. CONTRIBUIÇÕES PARA O EGRESSO

Desenvolvimento de capacidades profissionais ligadas às seguintes áreas:

- desenvolvimento das habilidades intelectuais e sociais do aluno;
- planejamento e atendimento das necessidades individuais dos estudantes e ampliação do conceito de diversidade;
- motivação e incentivo a curiosidade do aluno;
- mediação e busca pela autonomia e independência do estudante;
- ampliação da capacidade e desenvolvimento de juízo crítico reconhecendo as fragilidades e potencialidades do trabalho na perspectiva da inclusão;
- apoio ao aluno na organização escolar e reconhecimento das aprendizagens construídas;
- estimulação ao desenvolvimento e reconhecimento dos avanços e conquistas dos estudantes.

4.4. PÚBLICO-ALVO

Pedagogos, Administradores Escolares, Supervisores Escolares, Orientadores Educacionais, Professores e áreas afins, que tenham interesse em desenvolver-se em suas capacidades profissionais na educação.

4.5. FORMA DE INGRESSO

Matrículas vinculadas ao sistema Gran Cursos Online.

5. Estrutura Curricular Do Curso

5.1. METODOLOGIA

Utilizar-se-á o método de exposição tradicional, por meio de aulas gravadas de disponibilizadas na Plataforma, bem como a aprendizagem focada no aluno, tornando-o ainda mais ativo, tendo o professor como facilitador.

Além disso, haverá aulas ao vivo, síncronas, e objetos de aprendizagem de modo a permitir maior interação entre o professor e os alunos, esclarecendo dúvidas e ampliando o diálogo.

5.2. MATRIZ CURRICULAR

Unidade Curricular		CH Horária
01	Legislação Educacional	30h
02	Organização e Gestão Escolar	40h
03	Organização do Trabalho Pedagógico e Institucional	65h
04	Tecnologias da Informação e Comunicação	30h
05	Educação Inclusiva	30h
06	Dificuldades de Aprendizagem e Distúrbios de Aprendizagem	20h
07	Lei Brasileira da Inclusão	20h
08	Tecnologia Assistiva e Comunicação Alternativa	20h
09	AEE do Aluno com Deficiência Auditiva	20h
10	AEE do Aluno com Deficiência Visual	20h
11	AEE do Aluno com Deficiência Física	20h
12	AEE do Aluno com Deficiência Intelectual	20h
13	AEE do Aluno com Altas Habilidades e Superdotação	20h
14	AEE do Aluno com Transtornos Globais do Desenvolvimento	20h
15	Acessibilidade Curricular e Plano do AEE	20h
TOTAL DAS DISCIPLINAS		395 h/a
Trabalho de Conclusão de Curso (OPCIONAL)		40 h/a
TOTAL DO CURSO		435 h/a

5.3. COMPONENTES CURRICULARES

Disciplina: LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

Carga horária: 30 h/a

Objetivos: Oferece subsídios da legislação educacional aos profissionais da área, interessados no conhecimento da lei, seus desafios e procedimentos nas diversas áreas de atuação.

Conteúdo programático: Aspectos Gerais do Direito Educacional. Educação na Constituição Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4024/61 / Lei 5692/71 / Lei 9394/96). Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular.

Bibliografia básica:

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Contêm as emendas constitucionais posteriores. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____, Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Publicado no DOU de 23.12.1996. Disponível no site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

_____, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB n. 04/2010, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília, DF: CNE/CEB, 2010.

Bibliografia complementar:

CUNHA, L. A. Educação, estado e democracia no Brasil. São Paulo: Cortez, 1995.

Disciplina: ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR

Carga horária: 40 h/a

Objetivos: Desenvolver habilidades para agir no processo de gestão dos espaços educativos, seus paradigmas e tendências na ótica da organização do trabalho pedagógico. Capacitar os participantes a agirem na ação administrativa, como instância mediadora entre a instituição educacional e a realidade do mundo atual, num processo de formação humana e mudanças sociais. Avaliar o impacto das políticas de gestão da educação na autonomia da escola, na democratização e na qualidade da educação.

Conteúdo programático: Gestão Democrática. Órgãos Colegiados. Equipe Gestora. Projeto Político-Pedagógico e Regimento Escolar. Liderança. Tipos de Liderança.

Bibliografia básica:

VEIGA, I. P. A. (Org) Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

LÜCK, Heloísa. Dimensões de gestão escolar e suas competências. –Curitiba: Editora Positivo, 2009.

GRACINDO, Regina Vinhaes. Gestão democrática nos sistemas e na escola. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

Disciplina: ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO E INSTITUCIONAL

Carga horária: 65 h/a

Objetivos: Instrumentalizar o trabalho pedagógico da orientação e supervisão escolar. Apresentar variadas perspectivas e aspectos didático-pedagógicos relevantes para a condução do processo educativo.

Conteúdo programático: Articulação entre todos os elementos da prática educativa.

Do planejamento à avaliação escolar.

Adequação do ensino a realidade do educando.

Contexto social reconhecendo a função da escola.

Abordagens epistemológicas do conhecimento.

- Planejamento escolar.
- Avaliação Escolar.

- Componentes do Processo Ensino-Aprendizagem.
- Didática.
- Projeto Político-Pedagógicos: construção coletiva.
- Práticas Interdisciplinares.

Bibliografia básica:

GANDIN, Danilo. A prática do planejamento participativo. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

LIBANELO, J.C. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez, 1996.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. 7ª ed.- São Paulo: Libertad, 2000

Bibliografia complementar:

VEIGA, I.P.A (Org.). Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível. 17. ed. São Paulo: Papirus, 2004.

ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Artmed: Porto Alegre, 1998

Disciplina: TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Carga horária: 30 h/a

Objetivos: Qualificar profissionais para a gestão da informação e processos de comunicação mediados por sistemas e computadores em rede.

Conteúdo programático: Reconhecimento do desenvolvimento educacional. Necessidade de adequação da escola e dos profissionais. Adequação aos demais componentes do processo ensino aprendizagem. Normas e regulação da educação a distância. Globalização e sociedade da informação. História e evolução das tecnologias de comunicação. Formas e componentes da comunicação. Ensino a distância. Inserção das tecnologias no processo ensino-aprendizagem. Impacto das novas tecnologias da informação na educação. Formação continuada.

Bibliografia básica:

BRASIL. Decreto n 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o artigo 80 da Lei n 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm

LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1999.

MASETTO, Marcos T. Mediação pedagógica e o uso da tecnologia. In: Moran, José Manuel (org.). Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas, SP: Papirus, 2000.

Bibliografia complementar:

MORAES, Daniel (organizador). Globalização, Mídia e Cultura Contemporânea. São Paulo: Letra Livre, 1ª edição, 1997.

MORAN, José Manuel Caminhos para a aprendizagem inovadora, In Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica, SP: Papirus.

SANCHO, J. M. (org.). Para uma tecnologia educacional. 2. ed. Porto Alegre.

Disciplina: EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Carga horária: 30 h/a

Objetivos: Conhecer o processo histórico da implantação da educação inclusiva no Brasil a partir dos princípios legais e filosóficos da educação especial. Identificar as políticas públicas educacionais voltadas para a educação especial numa perspectiva inclusiva. Identificar as mudanças educacionais no contexto histórico em relação à pessoa com necessidades especiais buscando a compreensão das fases de exclusão, segregação, integração e inclusão.

Conteúdo programático: Fundamentos históricos e filosóficos referentes à pessoa com deficiência.

Concepções, princípios e diretrizes de um sistema educacional inclusivo. Aspectos pedagógicos da educação Inclusiva (currículo, didática e avaliação)

Bibliografia básica:

JANNUZZI, G. de M. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI . 3. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2012. xii, 211 p.

SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos . 7.ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006. 180 p.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. Inclusão: um guia para educadores . Porto Alegre: Artmed, 2006. 451 p.

Bibliografia complementar:

DIMENSTEIN, G. O cidadão de papel: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil 2012.

FONSECA, V. da. Educação especial: Programa de estimulação precoce uma introdução as ideias de Fuerstein. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. 245 p.

MAZZOTTA, M. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996. 208 p.

SOUZA, R. M. de; ARANTES, V. A. (Org.). Educação de surdos: pontos e contrapontos . 3. ed. São Paulo: Summus, 2007. 207 p.

SPOSATI, A. (Org). Proteção social de cidadania: inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Brasil, França e Portugal . 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 264 p.

Disciplina: Dificuldades de Aprendizagem e Distúrbios de Aprendizagem

Carga horária: 20 h/a

Objetivos: Desenvolver um olhar psicopedagógico sobre as Dificuldades de Aprendizagem; Situar no histórico da aprendizagem; Diferenciar fracasso escolar e dificuldades de aprendizagem na perspectiva da psicopedagogia; Conhecer os transtornos específicos da aprendizagem da leitura, da escrita e da matemática; Relacionar a plasticidade cerebral com as potencialidades da aprendizagem; Conhecer o Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade.

Conteúdo programático: Etiologia dos transtornos de aprendizagem. A diferença entre dificuldade, transtorno e distúrbios de aprendizagem. Os distúrbios do neurodesenvolvimento (dislexia, disgrafia, TDAH, Discalculia)

Bibliografia básica:

COELHO, M.T. & José, E.A. Problemas de Aprendizagem. São Paulo: Ática, 1997.

CORREL, W. Schwarze, H. Distúrbios da Aprendizagem. São Paulo: E.P.U., 1974.

DROUET, R.C.R. Distúrbios de Aprendizagem. São Paulo: Ática, 1990.

FERNANDES, Alícia. A Inteligência Aprisionada. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

GEARHEART, Bil. Distúrbios de Aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas.

IMBASCIATI, Antonio. Afeto e Representação. Rio de Janeiro: ed. 34, 1998.

Bibliografia complementar:

ROTTA, N. T. & GUARDIOLA, A. Distúrbios de Aprendizagem. In: DIAMENT, A., CYPEL, S. Neurologia Infantil. São Paulo: Atheneu, 1996.

SCHAIN, Richard J. Distúrbios de Aprendizagem na Criança. São Paulo: Manole, 1978.

SCHMIDT, R. A Aprendizagem e Performance Motora. São Paulo: Movimento, 1993.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SOUZA, Irapy Sá. Psicologia – A Aprendizagem e seus Problemas. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1972.

TALLIS E. Cols. Dificuldades na Aprendizagem Escolar. Porto Alegre: Artes Médicas.

VALETT, Robert E. Tratamento dos Distúrbios de Aprendizagem. São Paulo: EPU, 1997.

Disciplina: Lei Brasileira da Inclusão

Carga horária: 20 h/a

Objetivos: Democratizar o acesso a informação e estimular o pleno exercício da cidadania; Garantir reflexão crítica a partir da inclusão e suas ações afirmativas; Compreender os aspectos legais e as garantias dos direitos fundamentais da pessoa com deficiência.

Conteúdo programático: História da educação especial. Documentos internacionais e a principal legislação brasileira. Estabelecimento de relação entre a Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva e a Lei Brasileira da Inclusão. Conceituação de inclusão social.

Bibliografia básica:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

_____. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei nº 9.394/1996). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l9394.htm. Acesso em: 06 set. 2018.

_____. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

_____. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão., 2008.

Disciplina: Tecnologia Assistiva e Comunicação Alternativa

Carga horária: 20 h/a

Objetivos: Reconhecer a comunicação alternativa e a tecnologia assistiva como espaço direcionado especialmente para pessoas as quais possuem dificuldades na comunicação.

Apresentar material consistente através de pesquisas, estudos e descrição de experiências vivenciadas no mundo da comunicação alternativa e tecnologia assistiva.

Conteúdo programático: Conceituação da tecnologia assistiva. Ampliação da funcionalidade com a utilização das tecnologias assistivas em prol da inclusão social e educativa. Divisão das categorias assistivas. Softwares de acessibilidade, funções e usos. O objetivo e a importância da comunicação alternativa. Recursos e serviços de acessibilidade. Sala de recursos multifuncional, materiais e estratégias.

Bibliografia básica:

GIROTO, C. R. M.; POKER, R. B.; OMOTE, S.. (Org.). As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas. Marília/SP: Cultura Acadêmica, 2012.

MIRANDA, T. G.; GALVÃO FILHO, T. A. (Org.) O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares. Salvador: EDUFBA, 2012.

SONZA, Andréa Poletto; KADE, Adrovane; FAÇANHA, Agebson; REZENDE, André Luiz Andrade; NASCIMENTO, Gleison Samuel do; ROSITO, Maurício Covolan; BORTOLINI, Sirlei; FERNANDES, Woquiton Lima (Org.). Acessibilidade e tecnologia assistiva: pensando a inclusão sociodigital de pessoas com necessidades especiais, 2013

Bibliografia complementar:

Instituto de Tecnologia Social – ITS BRASIL (Org.). Tecnologia Assistiva nas escolas: recursos básicos de acessibilidade sócio-digital para pessoas com deficiência. São Paulo: ITS BRASIL, 2008.

Disciplina: AEE do Aluno com Deficiência Auditiva**Carga horária:** 20 h/a**Objetivos:** Reconhecer aspectos históricos da educação de surdos.

Compreender formas de comunicação dos alunos com surdez: Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, bilinguismo e a oralização e ainda a aprendizagem da Língua Portuguesa (escrita) como segunda língua. Desenvolvimento de estratégias de atendimento complementar ao estudante com surdez.

Conteúdo programático: Reconhecimento da deficiência auditiva nos contextos educacionais. A alfabetização e o letramento de surdos. O ensino de Libras. Adequação curricular para o aluno surdo sinalizante e oralizado. Implementações de estratégias pedagógicas inclusivas. Garantia de acessibilidade e boas práticas.

Bibliografia básica:

ANJOS, H. P.; ANDRADE, E. P.; PEREIRA, M. R. A inclusão escolar do ponto de vista dos professores: o processo de constituição de um discurso. Revista Brasileira de Educação, v.14 n.40, p.116-129, 2009.

BIANCHETT, Lucídio. Aspectos Históricos da Educação Especial. Revista Brasileira de Educação Especial. v.3 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008

Bibliografia complementar:

BRASIL. Resolução nº 4 de Outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Diário Oficial da União, Brasília, seção 1, p.17. 2009

GAIO, R.; MENEGHETTI, R. G. K. Caminhos pedagógicos da educação especial. 3 ed., Vozes: Petrópolis – RJ, 2010.

Disciplina: AEE do Aluno com Deficiência Visual**Carga horária:** 20 h/a

Objetivos: Compreender as singularidades e particularidades do estudante cego e baixa visão, recursos necessários e a atuação do professor de AEE, com vistas a gestão e avaliação dos processos de aprendizagem e da inclusão do aluno com cegueira ou baixa visão na escola.

Conteúdo programático: Conceituação da deficiência visual (cegueira e baixa visão) nos contextos educacionais formais e não formais. Ensino de Braille. A flexibilização do currículo e sua adequação. Intervenções e implementações de estratégias pedagógicas, e adequação de avaliações e metodologias para a especificidade da deficiência, com a finalidade de propor recursos de acessibilidade e boas práticas.

Bibliografia básica:

AMORIM, Marília Carollyne Soares de; et al. Prática de ensino no atendimento educacional especializado (AEE) no contexto da pandemia no município de Teresina. CONEDUVII Congresso Nacional de Educação, Maceió – AL, 2020. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/74293> Acesso em 29 de jun de 2021.

BAHIA. Diretrizes da Educação Especial. Salvador, 2017. Disponível em: <<http://escolas.educacao.ba.gov.br/educacaoespecial>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

BRASIL. Comitê de Ajudas Técnicas. Tecnologia Assistiva. Brasília: CORDE, 2009. 138p.

BRASIL. Resolução nº. 4, de 2 de outubro de 2009. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação especial, Brasília: MEC, 2009. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em 28/06/2021.

Bibliografia complementar:

DA SILVA, Ione de Cássia Soares; DA SILVA PRATES, Tatiane; RIBEIRO, Lucineide Fonseca Silva. As novas tecnologias e aprendizagem: desafios enfrentados pelo professor na sala de aula. Em Debate, n. 15, p. 107-123, 2016.

FARIA, E. T.O professor e as novas tecnologias. Ser professor, v. 5, p. 57-72, 2004.

Disciplina: AEE do Aluno com Deficiência Física

Carga horária: 20 h/a

Objetivos: Compreender o atendimento educacional especializado com o uso da Tecnologia Assistiva direcionada à vida escolar do educando com deficiência física, visando a inclusão escolar; Incentivar a adequação de materiais didático-pedagógicos às necessidades dos educandos.

Conteúdo programático: Definições. Principais referências teóricas na área. Objetivos e estrutura do atendimento. Estratégias e metodologias para o trabalho com os estudantes.

Bibliografia básica:

BAPTISTA, C.R. Ação pedagógica e educação especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 17, n. spe1, Aug., p.59-76, 2011.

BERSCH, R.; MACHADO, R. Atendimento Educacional Especializado para a Deficiência Física. In: SCHIRMER, C. R. et al. Atendimento educacional especializado: deficiência física. São Paulo: MEC/SEESP, 2007. p. 27-28.

BRACCIALLI, L.M.P.; OLIVEIRA, F.T. Tecnologia assistiva na inclusão escolar: adequação do mobiliário para aluno com disfunção física. In: OLIVEIRA, A.A.S.; OMOTE, S.; GIROTO, C.R.M. Inclusão escolar: as contribuições da educação especial. São Paulo: Cultura acadêmica editora, Marília: Fundepe Editora, 2008. p. 251-265.

Bibliografia complementar:

BRUNO, M. Diretrizes nacionais de educação especial: convergências e divergências para sua implementação. In: CARVALHO, C.H. (Org.). Desafios da produção e da divulgação do conhecimento. v. 1. Uberlândia, MG: EDUFU, 2012, p. 99-114.

DELIBERATO, D. Sistemas suplementares e alternativos de comunicação nas habilidades expressivas de um aluno com paralisia cerebral. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 17, p. 225-244, 2011.

GALVÃO FILHO, T.A; DAMASCENO, L.L. Tecnologia assistiva em ambiente computacional: recursos para a autonomia e inclusão sócio-digital da pessoa com deficiência. In: INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. Tecnologia assistiva nas escolas: recursos básicos de acessibilidade sócio digital para pessoas com deficiência. São Paulo: Instituto de Tecnologia Social (ITS Brasil), Microsoft / Educação, 2008. p. 25-45.

Disciplina: AEE do Aluno com Deficiência Intelectual

Carga horária: 20 h/a

Objetivos: Verificar as hipóteses de aprendizagem dos estudantes; Garantir recursos e acessibilidade ao estudante; Aplicar tecnologias assistivas e ajudas técnicas aos estudantes com deficiência intelectual.

Conteúdo programático: Resgate histórico da definição de deficiência intelectual. Legislação. Objetivos e estrutura do atendimento. Estratégias e metodologias para o trabalho com os estudantes.

Bibliografia básica:

AAIDD. American Association on Intellectual and Developmental Disabilities. Faq on intellectual disability.2010. Disponível em: <http://www.aamr.org/content_104.cfm>. Acesso em: maio 2020.

BAPTISTA, C. R. Ação Pedagógica e Educação Especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 17, p. 59- 76, maio-ago. Edição Especial. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

Bibliografia complementar:

GARCIA, D. I. B. Aprendizagem e desenvolvimento das funções complexas do pensamento e a deficiência intelectual na perspectiva histórico-cultural. In: SHIMAZAKI, E. M; PACHECO, E. R. (Org.). Deficiência e Inclusão Escolar. Maringá: Eduem, 2012.

GONZÁLEZ, J. A. T. Educação e diversidade: bases didáticas e organizativas. Porto Alegre: ArtMed, 2002.

Disciplina: AEE do Aluno com Altas Habilidades e Superdotação**Carga horária:** 20 h/a**Objetivos:** Identificar estudantes com características de superdotação e altas habilidades nas unidades escolares; Desenvolver estratégias de enriquecimento curricular; Reconhecer as teorias de inteligências múltiplas e habilidades humanas.**Conteúdo programático:** Atendimento das necessidades dos estudantes altas habilidades e superdotação. Caracterização da superdotação e das áreas de altas habilidades. Enriquecimento curricular. Aprendizagens significativas e avanço escolar.**Bibliografia básica:**

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2008

CAMARGO, Renata Gomes. Estratégias de acessibilidade educacional para e por estudantes com altas habilidades/superdotação. 2013 vi, 14 f. Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, RS.

CAMARGO, Renata Gomes; NEGRINI, Tatiane; FREITAS, Soraia Napoleão. Escola, universidade e acessibilidade educacional: Discutindo possibilidades educacionais para os estudantes com altas habilidades/superdotação. Reflexão e Ação. Santa Cruz do Sul, v. 21, p. 177-198, 2013. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/3037/3000>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

CARVALHO, Rosita Edler. Educação Inclusiva: com os pingos nos "is". 10 ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

FREITAS, Soraia Napoleão; PÉREZ, Susana Graciela Pérez Barrera. Altas Habilidades/Superdotação: atendimento educacional especializado. Marília: ABPEE, 2010.

Disciplina: AEE do Aluno com Transtornos Globais do Desenvolvimento**Carga horária:** 20 h/a**Objetivos:** Prestar suporte teórico-prático que subsidie o trabalho pedagógico nas escolas; Refletir sobre as concepções dos Transtornos Globais do Desenvolvimento na perspectiva da Educação Inclusiva; Compreender as políticas públicas para com o aluno com Transtornos Globais do Desenvolvimento e suas abordagens educacionais; Discutir acerca do Atendimento Educacional Especializado e seu papel junto à escola comum;**Conteúdo programático:** Historicidade dos transtornos globais do desenvolvimento. Os parâmetros diagnósticos. Transtornos do Espectro Autista: características e habilidades. Estratégias e metodologias pedagógicas para o trabalho com estudantes com Transtornos do Espectro Autista.**Bibliografia básica:**

CAMARGO, S. P. H.; BOSA, C. A. Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura. Psicologia & Sociedade. Porto Alegre, v. 21, n.1, p. 65-74, 2009.

COHEN, D; MARCELLI, D. Infância e Psicopatologia. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CUNHA, Ana Cristina Barros da; FARIAS, Iara Maria de; MARANHÃO, Renata Veloso de Albuquerque. Interação professor-aluno com autismo no contexto da educação inclusiva: análise do padrão de mediação do professor com base na teoria da experiência de aprendizagem mediada (mediated learning experience theory). Rev. Bras. Ed. Esp., Marília-SP, v.14, n.3, p.365-384, set./dez. 2008.

DELOU, C. M. C. Educação do aluno com altas habilidades/superdotação: legislação e políticas educacionais para inclusão. In FLEITH, D. (org.). A Construção de Práticas Educacionais para Alunos com Altas Habilidades/Superdotação. Brasília: MEC, 2007.

Disciplina: Acessibilidade Curricular e Plano do AEE

Carga horária: 20 h/a

Objetivos: Discutir os princípios norteadores da Educação Inclusiva no contexto da Educação Básica, proporcionando ao aluno um espaço de reflexão sobre esta política no cotidiano da escola regular. Apresentar as áreas de necessidades educativas especiais caracterizadas na legislação nacional Identificar as modalidades de adequação curricular e suas implicações nas salas regulares.

Conteúdo programático: Conceito. Adaptação e Flexibilização Curricular. Acesso ao currículo. Etapas e modalidades do AEE. Atendimentos terapêuticos. Adequações organizativas. Avaliação diagnóstica. Adequação de Temporalidade.

Bibliografia básica:

BRASIL . Declaração de Salamanca. portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf acessado em 13 dezembro de 2004

FERREIRA, J. R. e GLAT, R. Reformas educacionais pós-LDB: a inclusão do aluno com necessidades especiais no contexto da municipalização. In: Souza, D. B. e Faria, L. C. M. Descentralização, municipalização e financiamento da Educação no Brasil pós-LDB. Rio de Janeiro: DP& A, 2003.

FERNANDES,E. Educação para todos- saúde para todos: a urgência da adoção de um paradigma multidisciplinar nas políticas públicas de atenção a pessoas portadoras de deficiências. Revista Benjamin Constant. no 14 , ano 5. Rio de Janeiro: MEC, 3-10, 1999.

_____Ensinso Fundamental: Currículo e Inclusão. Surdez e Universo Educacional. Anais do IV Congresso Internacional e X Seminário Nacional. Instituto Nacional de Educação de Surdos, 2005 (no prelo).

GLAT,R. A integração social do portador de deficiência: uma reflexão. Rio de Janeiro: Editora Sette Letras, 1998.

5.4. AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

A avaliação do desempenho escolar será feita por disciplina, por meio de provas no sistema Gran Cursos, e terá por base o sistema de notas em valores numéricos, numa escala de 0 (zero) a 100 (cem) ponto, considerando-se aprovado(a) aquele que alcançar a nota mínima de 70(setenta) pontos.

5.5. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Será opcional.

5.6. ATIVIDADE DE EAD

Aulas expositivas, mesclando a teoria com casos práticos apresentados pelos docentes por meio de suas experiências profissionais e acadêmicas.

5.7. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE UNIDADES CURRICULARES CURSADAS ANTERIORMENTE

O aproveitamento de estudos dar-se-á por equivalência ou isenção de disciplinas, caso o(a) aluno(a) já tenha cursado disciplina com carga horária e conteúdo programático compatíveis ou idênticos entre si. O pedido de aproveitamento de disciplinas será analisado pela coordenação do curso.

6. Coordenação do Curso

6.1. COORDENADOR DO CURSO

Francisco Carlos Soares Costa

Graduação em Ciências Biológicas (2004) e Pedagogia (2014); especialista em Direito Educacional (2009), Saúde Pública (2013) e Orientação e Gestão Educacional (2015).

E-mail: carlinhosbio@gmail.com

Telefone: (61) 99145-0920

6.2. CORPO DOCENTE

Unidade Curricular	Docente(s)	Titulação	Carga Horária
Legislação Educacional	Francisco Carlos Soares Costa	Especialista	30h
Organização e Gestão Escolar	Francisco Carlos Soares Costa	Especialista	40h
Organização do Trabalho Pedagógico e Institucional	William Dornela	Especialista	65h
Tecnologias da Informação e Comunicação	Guilherme Augusto	Mestre	30h
Educação Inclusiva	Graciely Garcia	Mestra	30h
Dificuldades de Aprendizagem e Distúrbios de Aprendizagem	Graciely Garcia	Mestra	20h
Lei Brasileira da Inclusão	Francisco Carlos Soares Costa	Especialista	20h
Tecnologia Assistiva e Comunicação Alternativa	Guilherme Augusto	Mestre	20h
AEE do Aluno com Deficiência Auditiva	Monique Vieira Amorim	Mestra	20h
AEE do Aluno com Deficiência Visual	Monique Vieira Amorim	Mestra	20h
AEE do Aluno com Deficiência Física	Carine Noleto	Mestra	20h
AEE do Aluno com Deficiência Intelectual	Carine Noleto	Mestra	20h
AEE do Aluno com Altas Habilidades e Superdotação	Fernando Sousa	Mestre	20h
AEE do Aluno com Transtornos Globais do Desenvolvimento	Graciely Garcia	Mestra	20h
Acessibilidade Curricular e Plano do AEE	Kelly Alves Rocha dos Santos	Mestra	20h
Metodologia da Pesquisa Científica (opcional)	Julianna Moreira	Mestra	40h

6.3. BIBLIOTECA

Não haverá uma biblioteca física, em razão da natureza do curso. Caberá ao docente indicar em aula a bibliografia básica e complementar.

7. Estágio

7.1. Este curso de pós-graduação contempla, como diretriz curricular, apenas o estágio não obrigatório, assim considerado aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular obrigatória, nos termos da Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008, devendo-se celebrar Termo de Compromisso de Estágio, como Instrumento Jurídico entre a Instituição de Ensino, a parte Concedente e o estagiário em cláusulas que estabeleçam as condições gerais

(vigência, eventual bolsa e jornada de trabalho, compatível com as atividades escolares e nos limites legais) bem como as obrigações da Instituição de Ensino, em relação aos estágios de seus educandos; e as obrigações da parte concedente.

7.2. As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo aluno, são equiparadas ao estágio.

7.3. Deve-se haver compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no Termo de Compromisso de Estágio.

7.4. O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da Instituição de Ensino e por Supervisor da parte concedente, comprovado por vistos em relatórios de atividades a serem apresentados pelo aluno, em prazo não superior a 6 (seis) meses, e por menção de aprovação final.

7.5. Os relatórios periódicos e o final devem ser apresentados à instituição de ensino, com a descrição pormenorizada das atividades, inclusive com a natureza do estágio e jornada, e com a assinatura do supervisor da parte concedente.

7.6. Os relatórios periódicos do estagiário serão incorporados ao Termo de Compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do aluno.

7.7. Quando devidamente formalizado, as atividades de estágio podem, a pedido do interessado ser acrescidas à carga horária regular e obrigatória, com o objetivo de acrescentar a carga horária respectiva como atividade complementar no certificado.